

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

2-C-17

09

Curso C-PEM/86

Partido..... —

Solução do P-III-5(Mo) Monografia

Apresentada por

..... VALTER DA COSTA

..... Coronel(Art) QEMA

NOME E POSTO

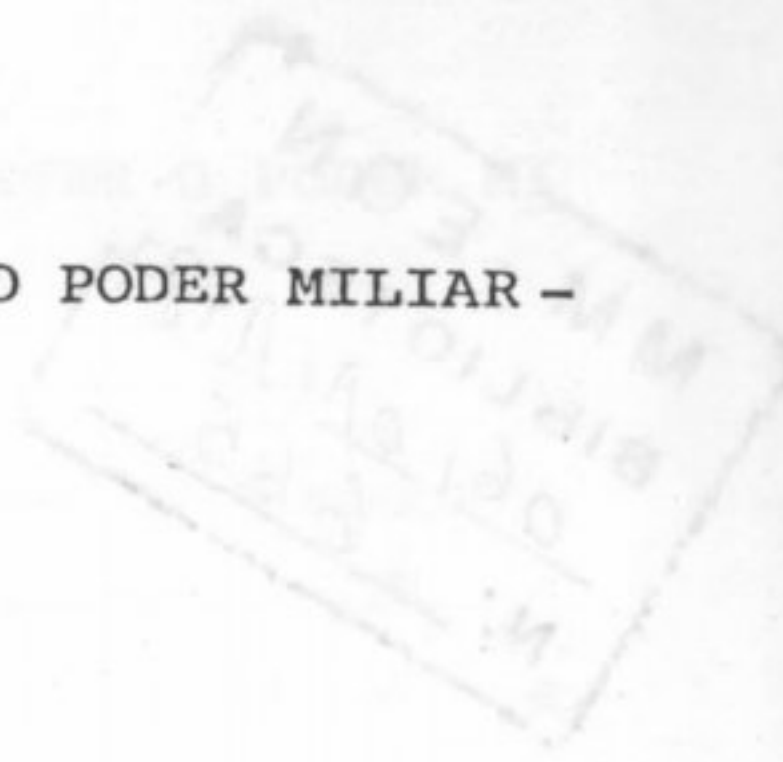


RIO DE JANEIRO

19.86

2-e-17

- A FORÇA TERRESTRE E A CAPACIDADE DE PROJETAR O PODER MILITAR -



VALTER DA COSTA
Coronel

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

1986

MM - EGN
BIBLIOTECA
06/01/1987
N: 665

GN-00001584-4

TEMA: A FORÇA TERRESTRE E A CAPACIDADE DE PROJETAR O PODER MILITAR

- Tópicos a abordar:
- A evolução histórica do rápido deslocamento de forças terrestres após 1920.
 - Capacidade soviética, norte-americana e francesa. Casos históricos.
 - A concepção brasileira. Comparação com poderes nacionais similares.

Proposição: Apresentar a Força Terrestre como componente do Poder Militar e instrumento do Poder Nacional. Discorrer sobre a razão da busca da projeção do Poder Nacional e em particular do Poder Militar. Analisar a concepção de emprego da Força Terrestre após 1920. Ilustrar com casos históricos de Expressões Militares tradicionais como a soviética, norte-americana e francesa. Expor a concepção de emprego da Força Terrestre brasileira e seu acervo de projeção do Poder Militar, comparando com Poderes Nacionais similares.



ÍNDICE

	FOLHA
PROPOSIÇÃO	II
INTRODUÇÃO	IV
CAPÍTULO 1 - AS FORÇAS TERRESTRES COMPONENTE DA EXPRESSÃO MILITAR E INSTRUMENTO DO PODER NACIONAL	1
Origem e evolução da noção de poder	1
Poder Nacional	2
As forças terrestres componente da Expressão Militar	4
A força terrestre instrumento do Poder Nacional	5
CAPÍTULO 2 - A PROJEÇÃO DO PODER, UMA NECESSIDADE DO ESTADO	8
Razão da projeção do poder	8
Projeção do Poder Militar e em particular do Poder Terrestre	9
CAPÍTULO 3 - CONCEPÇÃO DE EMPREGO DAS FORÇAS TERRESTRES ...	12
Desenvolvimento da mobilidade	12
Evolução da concepção de emprego após 1920 .	14
Concepção atual	16
CAPÍTULO 4 - ASPECTOS HISTÓRICOS DE ALGUMAS FORÇAS TERRESTRES TRADICIONAIS	19
Capacidade soviética	19
Capacidade norte-americana	23
Capacidade francesa	26
CAPÍTULO 5 - CAPACIDADE DA FORÇA TERRESTRE BRASILEIRA DE PROJETAR O PODER MILITAR	29
Concepção de emprego das Forças Terrestres Brasileiras	29
Organização e articulação das Forças Terrestres Brasileiras	31
Acervo de projeções das Forças Terrestres Brasileiras	34
CAPÍTULO 6 - CAPACIDADE DE FORÇAS TERRESTRES DE PODERES NACIONAIS SIMILARES	37
Forças Terrestres Argentinas	37
Forças Terrestres Peruanas	39
Forças Terrestres Venezuelanas	42
Comparação da capacidade das forças terrestres	43
CAPÍTULO 7 - CONCLUSÕES	46
BIBLIOGRAFIA	A-1

INTRODUÇÃO

O homem pode, no futuro, substituir os combatentes por máquinas, em tarefas perigosas ou enfadonhas, controladas por centros de computação mas sempre haverá necessidade de uma força disposta no terreno, simbolizando o domínio, razão maior da projeção do poder.

O presente trabalho tem por escopo principal dissertar sobre o papel das Forças Terrestres - FT - como componente da Expressão Militar e a capacidade de projetá-la. Para tal, optou-se, inicialmente, por alguns conceitos elucidadores, mostrando as FT como componente do Poder Militar e instrumento do Poder Nacional. Foi exposta a necessidade do Estado projetar poder e como ele vem concebendo o emprego de 1920 aos dias atuais. A monografia foi ilustrada com casos históricos de forças tradicionais como a soviética, a norte-americana e a francesa. Apresentou-se a organização e emprego das FT brasileiras, seu acervo de projeção de Poder Militar, comparando-se sua capacidade com a de outros países sul-americanos.

A amplitude da expressão similar e a existência dos mais variados parâmetros para quantificar Poder Nacional (PNB, PIB, renda "per-capita, etc) possibilitaram nortear, para a América do Sul, a escolha das FT que, pelas próprias características de projeção de poder, estão mais voltadas para o continente. Consideramos Argentina, Peru e Venezuela como Estados mais próximos do Poder Nacional do Brasil por serem, também os que têm as melhores condições de liderar qualquer conflito nos Teatros de Operações Sul, Oeste e Norte brasileiro. Não foi considerado o Chile por ter os Andes como espaldar e estar voltado para o Pacífico.

Cumpre-nos, ainda preliminarmente, esclarecer que, na guerra moderna, não se concebe o emprego, unicamente, de uma for-

ça singular mas o emprego conjugado de duas ou mais forças singulares, em operações combinadas ou conjuntas, tal é a interdependência entre os poderes terrestres, marítimos e aéreos.

Por esta premissa, visualiza-se o pretendido interesse de um tema de força terrestre numa escola de estudos navais.

Para o Brasil, as forças de terra adquirem especial importância por suas dimensões continentais e pelo elevado número de fronteiras terrestres.

É quase impossível um Estado ou Grupo de Estados vencer uma guerra nuclear ou convencional sem o concurso de FT já que a materialização da imposição de uma vontade ao adversário, normalmente, dá-se com a ocupação de seu território. O infante em terra é quem hasteará a bandeira da vitória.

As bombas de Hiroshima e Nagasaki, lançadas pela força aérea, decidiram a rendição mas foram as forças terrestres que, ocupando o território do Japão, formalizaram o jugo dos vencidos aos vencedores.

Na guerra das Malvinas, os meios navais e aéreos eram pujantes e numerosos mas a vitória inglesa só se formalizou com a ocupação da ilha por Forças Terrestres.

Na elaboração do trabalho, procurou-se dissertar, nos tópicos iniciais, fundamentos teóricos e doutrinários. Em seguida, buscou-se mostrar a aplicação dos princípios e necessidades de projeção com relatos históricos, resumidos, de eventos envolvendo a força terrestre soviética, norte-americana e francesa. A apresentação da força terrestre brasileira, argentina, peruana e venezuelana objetivou tornar o tema de interesse mais imediato e aproximado da nossa realidade.

Para um bom pintor, basta fornecermos as tintas e a tela que ele realiza uma obra de arte. Para os possíveis leitores desta monografia, propomo-nos a fornecer embasamento didático e molduras para impelí-los a inteligentes e brilhantes projeções.

CAPÍTULO 1

AS FORÇAS TERRESTRES COMPONENTE DA EXPRESSÃO MILITAR E INSTRUMENTO DO PODER NACIONAL

Origem e evolução da noção de Poder - O Poder origina-se no homem individualmente e manifestou-se desde as formas mais primitivas da sociedade até as atuais modalidades complexas de organização social e política.

A natureza gregária do elemento humano proporcionou, através dos tempos, novas fontes e novos enfoques ao Poder.

Tão logo o grupo social tomou consciência coletiva de seus interesses, gerou um Poder comum integrado de vontades e meios (capacidade) de cada indivíduo isoladamente considerado. Criava-se a autoridade, representando a concentração e potencialização da vontade e dos meios de cada um.

Projetadas tais considerações num grupo complexo, de longa persistência no tempo e que possui cultura e valores próprios como a nação, ter-se-á a origem do Poder Nacional, organizado e aglutinado no Estado. A autoridade do grupo nacional politicamente organizado será representada pelo Governo.

Governantes e governados norteiam suas ações segundo objetivos bem definidos. Se esses objetivos traduzem interesses e aspirações da nação são denominados de Objetivos Nacionais.

Antepondo-se, dificultando ou impedindo, à concretização dos Objetivos Nacionais, aparecem fatores adversos, antagonismos ou pressões. Os óbices, como são denominados, para serem atenuados, neutralizados ou eliminados, isto é, superados, exigem um Poder Nacional devidamente preparado e aplicado pela Estratégia Nacional. Para tal, atuará repressiva ou preventivamente com os recursos e meios disponíveis e adequados, projetando poder, impondo sua vontade ou mostrando a capacidade de fazê-lo.

O Estado tem a faculdade de se pronunciar em todos os domínios com o poder da última palavra, em razão do seu poder soberano.

No concerto internacional, entretanto, a vivência entre Estados soberanos gera tensões ou até mesmo conflitos de interesses. Neste tipo de relacionamento, um Estado não pode sobrepor-se aos outros sem arguir um título de domínio universal. Significa, também, que no trato de assuntos internos ou externos um Estado não pode submeter-se à autoridade de outro.

A soberania é um poder supremo que mantém a nação intangível e assegura a capacidade de autodeterminação e convivência com as demais nações em termos de igualdade de direitos. Nada a subordina mas é um poder que se justapõe a outros da mesma pretensão. A soberania tem como corolário a igualdade dos Estados.

Poder Nacional - O poder tem suas possibilidades ou limitações oriundas da exuberância ou carência de meios que o sustentam.

O Poder Nacional será, portanto, expressivo ou limitado conforme se apresenta, atua e interage o conjunto de meios de toda a ordem à disposição da Nação na busca ou manutenção dos Objetivos Nacionais.

É flagrante a relatividade do seu valor em produzir efeitos, por condicionar-se ao tempo e espaço. Ao tempo, por ater-se estreitamente à conjuntura, variando, às vezes, até de forma significativa, de época para época. Ao espaço, por alterar-se em função do cenário em que atua, interno ou externo.

A relatividade e subjetividade de valor crescem quando o Poder Nacional é avaliado pela própria nação (valor que julga ter) e quando medido por outras nações (valor atribuído).

A forma de emprego na colimação dos Objetivos Nacionais e

o nível de evolução quantitativa e qualitativa dos meios classificam o Poder Nacional quanto à filosofia política e quanto ao grau de desenvolvimento.

No primeiro grupo, as nações dividem-se em: as de governo democrático e as de governo autocrático. Para as nações democráticas, o Poder Nacional é o instrumento da Política Nacional para atendimento do Bem Comum onde o homem é o centro dos interesses do Estado. Para os países autocráticos, o Poder Nacional tem por fim o seu próprio fortalecimento para benefício e engrandecimento do Estado, onde o homem é o seu instrumento.

No segundo critério, os países dividem-se em: desenvolvidos, em desenvolvimento e os subdesenvolvidos. Os desenvolvidos, sem grandes óbices internos, com elevado grau de progresso, procurarão projetar Poder no âmbito externo para manter os objetivos já alcançados e inibir antagonismos e pressões existentes. Os países subdesenvolvidos aplicam, preferentemente, o Poder Nacional para o desenvolvimento e buscam a Segurança Externa, dada suas limitações, no contexto da Segurança Coletiva, Regional, Continental ou do polo de poder em torno do qual gravitam. As nações em situações intermediárias de desenvolvimento, à medida que reduzem os óbices internos mais comprometedores com o progresso, têm necessidade de projeção externa do poder pela crescente influência internacional.

O âmbito de atuação dá ao Poder Nacional enfoques diferentes. Internamente, ele é visto pelos efeitos que produz cada um de seus componentes. No âmbito externo, o Poder Nacional é apreciado pelos demais quase sempre em razão do seu desempenho global, isto é, pelo somatório do prestígio, capacidade e o êxito da projeção.

O Poder Nacional, segundo doutrina da Escola Superior de Guerra, "é o conjunto dos meios de toda ordem de que dispõe a

Nação, acionado pela vontade nacional, para conquistar e manter, interna e externamente, os Objetivos Nacionais".

Didaticamente, identificam-se quatro expressões do Poder Nacional, grupadas segundo a predominância dos efeitos produzidos e em razão dos instrumentos colocados à disposição.

São elas as expressões: Política, Econômica, Psicossocial e Militar.

Convém frisar a estreita interdependência entre as expressões, sem predominância de uma sobre a outra. Num quadro circunstancial e temporário, poderá ocorrer a prevalência de um campo do poder, conforme as necessidades decorrentes de um objetivo a atingir.

À Expressão Política, cabe gerir os assuntos do Estado, decidir em nome da nação e coordenar os demais campos.

A Expressão Econômica aglutina pessoal, material e técnicas que vivificam os fenômenos econômicos. São as forças produtivas geridas pelo indivíduo nas sociedades liberais e pelo Estado nos países socialistas.

A Expressão Psicossocial representa a própria pessoa humana, o meio ambiente que a cerca e as instituições que a desenvolvem e projetam à semelhança e imagem de seu Criador. É o caráter, língua, religião, costumes, educação, etc., inseridas em estruturas normativas como a família, escola, igreja, sindicatos, etc.

A Expressão Militar é constituída pelos meios que dispõem da capacidade intrínseca de realizar as ações coercitivas. Repousa na coação através do uso da força com o emprego violento do Poder Nacional ou na dissuação com a possibilidade de uso.

As Forças Terrestres componente da Expressão Militar - Em bases eminentemente doutrinárias, passível de constantes depura

ções, a Escola Superior de Guerra, atualmente, conceitua a Expressão Militar do Poder Nacional como sendo:

"O conjunto de meios predominantemente militares de que dispõe a Nação para, sob a direção do Estado e pela dissuasão ou coação, concorrer para conquistar e manter os Objetivos Nacionais".

Busca nos elementos básicos da nacionalidade os seus três fundamentos:

- Recursos Humanos
- Território
- Instituições Militares

O elemento humano é importante fundamento quantitativo e qualitativo, influenciando na capacidade de projetar poder devido a maior ou menor amplitude de faixas etárias, taxas de crescimento populacional, higidez, caráter e moral nacional.

A base física, além de um bem a ser preservado até a exhaustão do Poder Nacional, constitui condicionante para a projeção do poder em função da situação geoestratégica, posição, extensão, forma, características fisiográficas e recursos naturais.

As bases institucionais proporcionam o embasamento legal e a força necessária para a projeção do poder. A Constituição e outros textos legais estabelecem a organização, princípios e responsabilidades inerentes à utilização do Poder Militar.

Os elementos do Poder Militar de um Estado compreendem o Poder Naval, o Poder Militar Terrestre e o Poder Militar Aeroespacial constituídos, respectivamente, pela preponderância das Forças Navais, Terrestres e Aeroespaciais.

A Força Terrestre instrumento do Poder Nacional - O instrumento, "ultima ratio" de que o Estado dispõe para a consecução ou manutenção de sua vontade, é a Expressão Militar do

Poder Nacional e, mais propriamente, as forças terrestres nas quais repousa a materialização da vontade imposta.

Dotadas de maior resistência ao desgaste, são as mais aptas para:

- através de um esforço continuado, pressionar o inimigo para batê-lo e ocupar o território que ele dominava.

- capacidade de durar, antepondo-se aos ataques de qualquer natureza desfechados pelo inimigo.

A teoria de que o próximo conflito possa ser convencional ou nuclear, reserva sempre o papel principal para as forças terrestres.

O Cel Charles Donnely, na obra "A evolução do pensamento estratégico nos Estados Unidos", afirma:

"...independente do estado em que se possa encontrar uma nação depois do ataque nuclear, o ato final de sua submissão somente acontecerá quando as forças terrestres inimigas assumirem seu controle. De qualquer modo, portanto, as tropas terrestres deverão ser empregadas, a fim de decidirem o conflito".

Mesmo que a guerra tivesse início com ataques nucleares de lado a lado, o resultado seria consolidado pelos Exércitos remanescentes.

À FT cabe papel destacado pelo respaldo que pode proporcionar às decisões soberanas da nação no cenário interno e externo.

Participa, diretamente, das ações que proporcionam a inviolabilidade do território nacional, a preservação da sua unidade e de instituições nacionais, a revisão das fronteiras e às tentativas de vitalização dos espaços vazios, por países ou organizações estrangeiras.

As FT com articulação orientada para diferentes direções estratégicas que conduzem aos territórios dos prováveis inimi

gos, com força de valor e natureza compatíveis, aprestadas , dotadas de mobilidade tática e, sobretudo, estratégicas e com capacidade de mobilização, por certo, produzirão os desejá - veis efeitos de dissuasão e concorrerão para evitar a guerra.

O emprego da FT pode dar-se visando o aproveitamento dos recursos naturais ou a salvaguarda dos empreendimentos corres_{pondentes}.

No âmbito externo, poderá receber missões em cumprimento de compromissos internacionais assumidos na esfera continen - tal e ou mundial.

Ainda no cenário das demais nações, é nobre o emprego para vitalizar uma eficiente estratégia de dissuasão, visando a desestimular ou opor-se a qualquer ação de Estado ou Grupo de Estados, real ou potencial inimigo. Quanto maior o alcance es_{tratégico} decorrente da organização e preparo da FT e de suas possibilidades de atuar em áreas estratégicas extracontinen - tais cada vez mais afastadas, maior será a projeção do Poder Nacional.

CAPÍTULO 2

A PROJEÇÃO DO PODER, UMA NECESSIDADE DO ESTADO

Razão da Projeção do Poder - Para conduzir os interesses entre Estados soberanos, recorre-se à Diplomacia. Sua atuação busca a negociação, o conhecimento e a persuasão, utilizando-se de meios pacíficos.

As pendências que persistirem são limitadas ou ordenadas pelo Direito Internacional, os costumes e os princípios gerais de Direito, acionadas, se necessárias, as organizações internacionais.

Tanto para solucionar conflitos de responsabilidade, medir reparações, como para evitar que uma situação degenerasse num conflito armado, exauridos os processos diplomáticos, buscam os Estados a arbitragem.

Aparentemente simples as soluções acima, na prática, mostram-se complexas e difíceis pois a sociedade internacional é carente de uma coesão política suficiente para dispor de meios poderosos de coerção, necessários no apaziguamento e imprescindíveis como instrumento de pressão.

Sendo as situações de conflito uma ameaça constante nas relações entre nações, procuram os Estados a segurança através de cooperação, dependência, alianças, blocos de defesa, etc.

Do quadro acima, infere-se a importância e necessidade do Estado projetar poder não só para fortalecer ou ratificar uma posição adotada, como também, prevenir uma ameaça potencial ou equilibrar um quadro desfavorável.

Como vimos anteriormente, Poder é o somatório de vontade e meios (capacidade). A primeira parcela embutida é maior ou menor em função de melhor impor sua vontade. A capacidade pode ser quantificada, na sua expressão mais simples, pelo con-

junto de meios à disposição ou disponíveis à curto prazo, para racional e eficiente emprego.

A projeção de Poder inicia-se com o fortalecimento do Poder Nacional, já que o simples aumento da capacidade deste , resulta no acréscimo de possibilidades de negociação, dissuasão e coação. Na outra extremidade da projeção, está a guerra geral, na qual é feita a aplicação do Poder Nacional com o emprego irrestrito e violento da Expressão Militar.

O predomínio da projeção de um campo do Poder Nacional não exclui a ação dos demais.

Projeção do Poder Militar e em particular do Poder Terrestre - A forma mais usual de projeção inclui um conjunto de ações em que o Estado procura obter vantagens com o emprego de forças não só políticas, econômicas e psicossociais como também de suas próprias forças militares.

A capacidade de projetar o Poder Militar deve ter o respaldo das demais expressões do Poder Nacional, com ênfase do Campo Político e Econômico.

A projeção do Poder Militar atende a um imperativo estabelecido pela Estratégia Militar, adotada para o quadro existente. Poderá obedecer a uma das concepções a seguir enumeradas:

- Estratégia de Presença
- Estratégia da Dissuasão
- Estratégia da Ação Independente
- Estratégia da Aliança
- Estratégia da Ofensiva
- Estratégia da Defensiva

Ela poderá ser Terrestre, Naval e Aérea em função da predominância dos objetivos estabelecidos em terra, no mar e no ar, e dos meios empregados do Poder Terrestre, Naval ou Aéreo.

A projeção do Poder Aéreo, normalmente, visa obter a superioridade aérea. A projeção do Poder Naval, quase sempre, visa a segurança e controle de áreas marítimas. A projeção do Poder Terrestre visa o domínio, sendo portanto utilizada pelos países de concepções territorialistas. Ex: Argentina e Chile na Antártida.

Cresce a importância do emprego da FT quando sabemos que, em termos de projetar poder, o espaço sempre teve um papel destacado a ponto dele ser valorizado através da expressão:

$P_n = \text{Poder Nacional}$

$F_n = E \times K$

$E = \text{Espaço Geográfico}$

$K = \text{Fator de proporcionalidade de 0 a 1, indicando o grau de ocupação.}$

A FT é importante na conquista e manutenção do espaço territorial do Estado, base física, que proporciona o poder mas também, principalmente, nos países desenvolvidos, o espaço social, isto é, aquele que atende as necessidades logísticas-base fisiológica-além do espaço vital imprescindível à sobrevivência do Estado.

A capacidade das FT em projetar poder deve caracterizar-se por uma suficiente flexibilidade para atender os problemas grandes ou pequenos, rápidos ou demorados. Para projeção de Poder Militar, não há necessidade de ter sido declarado um estado de beligerância, sendo o que ocorre, normalmente, quando busca-se uma ação da presença, dissuasão, ofensiva (fato consumado) etc.

É crescente a projeção do Poder Militar sem um confronto direto pelo elevado custo em pessoal e material decorrente, além de proporcionar, através da deterrência, dissuasão, etc, os remédios preventivos necessários para evitar a guerra nuclear.

Projetar Poder Militar sem confronto direto é fazer-se crer, não só demonstrando capacidade, como é, principalmente, ânimo para fazê-lo. O Estado deve assegurar-se de que os elementos a serem empregados sejam críveis aos adversários reais ou potenciais. Caracteriza-se por uma tentativa de modificar o futuro e não apenas cristalizá-lo.

Ray Cline, da Universidade de Georgetown, avalia o poder perceptível da seguinte forma:

Pp = Poder Perceptível

C = Massa crítica (População + Território)

$Pp = (C+E+M) \times (S + W)E$ = Capacidade Econômica

M = Capacidade Militar

S = Concepção Estratégica

W = Vontade de levar o projeto adiante

A fórmula acima bem caracteriza a importância dos elementos já comentados e a interdependência existente.

Ao projetar o poder, não podemos deixar de lado a preocupação com a opinião pública interna e internacional e, desta, a opinião pública dos povos visados. A propaganda pode aumentar ou diminuir aos olhos do mundo tal capacidade ou então reforçar o PN adversário, principalmente, na expressão psicossocial (caráter nacional, união do povo etc).

A paz, para a nação não expansionista, depende da capacidade de projetar o poder para concretizá-la e mantê-la. O Estado pacifista deve ter a capacidade de projetar o Poder Militar tendo em vista a necessidade não só de defender-se das ameaças potenciais e reais como também, pela dissuasão, inibir possíveis ações de seus adversários.

CAPÍTULO 3

CONCEPÇÃO DE EMPREGO DAS FORÇAS TERRESTRES

Desenvolvimento da mobilidade - A mobilidade sempre foi um fator de vulto na avaliação da capacidade de projetar o Poder Militar. Do uso das pernas à utilização de foguetes como meio de transporte num futuro próximo, a mobilidade estratégica que repousava, inicialmente, na própria capacidade física do homem e dependente de meios naturais (ventos, correntes, etc) está, atualmente, embasada na capacidade tecnológica e dependente de sofisticados meios de propulsão.

As FT, inicialmente, à pé ou a cavalo, tiveram, na mecanização e nas ferrovias, importantes instrumentos para projetar-se com mais rapidez em áreas operacionais distantes dos centros do poder. O desenvolvimento dos transportes deu relevo às forças de terra e maior expressão militar.

A movimentação de frações ou até concentração estratégica maciça de exércitos de campanha tornaram-se possíveis em curto espaço de tempo, graças a utilização de malhas rodoferroviárias.

A segunda metade do século XIX mostrava uma política de transporte subordinada às exigências militares.

O Exército Imperial alemão exerceu grande influência na construção de ferrovias para atender não só as frentes russa e alemã, mas também a projeção de poder militar em áreas distantes no Oriente Médio como ocorreu com a ferrovia Berlim-Bagdã.

Além das duas grandes guerras mundiais em que foram utilizadas, com eficiência, a malha rodoferroviária da Europa, inúmeros exemplos destacam o emprego e importância das ferrovias no deslocamento de grandes forças terrestres.

As guerras do século XIX até a metade do Século XX, ainda

que mostrassem uma evolução da mobilidade estratégica, consumiam tempo excessivo nas concentrações estratégicas, compatível com o demorado transcurso dos acontecimentos diante de um conjunto formal de procedimentos de relações exteriores, antes da deflagração do conflito.

O ritual lento iniciava-se com troca de notas diplomáticas, ruptura das relações, a conseqüente retirada dos respectivos embaixadores, decretação da mobilização, concentração estratégica e a declaração formal do estado de guerra.

Aviões que participaram modestamente da Primeira Guerra Mundial passam a ter maior raio de ação e maior capacidade de transporte durante a Segunda.

Já no final da II GM, notava-se uma aceleração nos acontecimentos políticos e militares e o conseqüente aumento de ritmo nos conflitos, a despeito de algumas poucas excessões, principalmente, nas guerras revolucionárias e de libertação nacional.

O aumento da mobilidade estratégica ensejou a busca do fato consumado, isto é, a consecução de objetivos estratégicos a curto prazo, com vantagens para o protagonista que toma a iniciativa. Para tal, avulta a participação das forças terrestres como se verificou, entre outros, nos conflitos árabes-israelenses (1956-1967), Hungria (1956), Tchecoslovaquia (1968), Malvinas (1982).

Atualmente, após um período de tensões políticas, o participante que optar pelo "manus" militar irá buscar a colimação de objetivos estratégicos antes que o adversário possa organizar uma reação. Essa nova concepção repousa num eficiente apostamento e na elevada mobilidade estratégica. Esta última dá-se a partir de um pré-posicionamento adequado, sobretudo, para as FT, devido as limitações de velocidade em terra. É um quesito facilmente ilustrado com a concentração argentina e

chilena em províncias do Sul em 1978/79 ou com a concentração soviética, próxima à fronteira com a Polônia, em 1981.

Ainda que a consolidação dos objetivos exija a atuação das FT, a fase inicial das operações, normalmente, repousa na mobilidade marítima ou aérea.

O emprego da aeronave como arma de guerra proporcionou à FT novo e importante instrumento de ação de grandes possibilidades, repercutindo muito nas táticas empregadas em terra. Sob eficaz cobertura aérea, o Exército adquiriu grande mobilidade estratégica e poder ofensivo.

Evolução da concepção de emprego após 1920 - A ciência e a tecnologia têm, no transcorrer deste século, introduzido e aperfeiçoado novos materiais e técnicas de guerra que determinam mutações na forma de emprego das FT. Tais descobertas e mudanças sempre existiram no passado; o que impressiona é a velocidade das transformações, não dando tempo suficiente ao pensador militar para deter-se diante de um novo engenho ou tática, muito menos verificar sua eficiência e eficácia em cenários diversos e reais.

Por ser uma tendência irreversível, obriga a periódicas revisões nos planejamentos militares das grandes potências.

A corrida repousa na vantagem sensível daquele que primeiro domina a nova arma até o adversário encontrar a devida resposta.

Os conflitos mundiais ocorridos e a perspectiva de uma nova e eminente guerra impulsionam o desenfreado avanço.

Após a 1ª Guerra Mundial, alguns fatos irão proporcionar mudanças no emprego das forças terrestres, destacando-se:

- a projeção da Revolução Industrial no Poder Militar com o desenvolvimento de novos armamentos e equipamentos;

- o desenvolvimento do avião para participar diretamente

do combate, dando e requerendo mobilidade às operações;

- as novas características das viaturas blindadas para aproveitamento ao máximo de grande mobilidade, potência de fogo e ação de choque.

Decorrente da maior velocidade, potência e agressividade dos meios em confronto, uma nova organização da força terrestre para o combate, radicalmente alterada, aguarda a II Guerra Mundial.

A guerra passou a envolver todo o Poder Nacional, não só no esforço da guerra como também tornando a área urbana zonas de combate, com os bombardeios indiscriminados das grandes cidades.

A Grande Unidade Blindada foi o destaque terrestre da última guerra, provocando vitórias através da surpresa com manobras apropriadas. As famosas Blitzkrieg iniciais (Polônia), as ações de Guderian e Rotmistrov (Rússia) comprovaram o elevado valor do blindado em operações terrestres.

Os franceses na II Guerra Mundial, com metralhadoras e canhões de campanha, apoiados na Linha Maginot, não se preocuparam em romper as posições do inimigo. Não acreditaram que a linha consistente e contínua pudesse ser penetrada. Não admitiram os veículos na manobra tática. Os alemães atacaram com blindados e aviões, abrindo caminho para a Infantaria consolidar os objetivos.

Os soviéticos, sem dar muita ênfase aos carros de combate e aviões, procuraram, entretanto, aprofundar o combate com o emprego coordenado de todas as Armas.

A capacidade do parque industrial americano e a disponibilidade de tempo foram fatores que possibilitaram aos EUA, com base na experiência do início da guerra, consolidar engenhos e técnicas. Utilizando a aviação, Grandes Unidades terrestres altamente móveis para a época e, com base nos blindados, opera

ções anfíbias e aeroterrestres aprofundaram o combate, levando a destruição a regiões vitais, consolidando objetivos com rápidos deslocamentos.

A influência de Clausewitz, no sentido de que a vitória só seria possível após a destruição da força inimiga no campo de batalha, conduziu a erros de emprego da FT nas duas últimas guerras. Os generais Eisenhower e Bradley talvez tivessem a brevidade a II Guerra Mundial se tivessem ocupado Berlim com as tropas terrestres, antes de procurar a destruição do Exército germânico no final do conflito.

A necessidade do emprego da FT com o concurso das demais forças mostrou que jamais o êxito é alcançado por uma única força. Tornou realidade que a vitória final, não o êxito passageiro, só será alcançada ou assegurada com o concurso das FT.

A Bomba Atômica criou um novo cenário. A guerra nuclear tornou-se objeto de estudos e especulações preocupando o pensamento militar quanto ao melhor emprego da FT no novo ambiente.

Após a II Guerra Mundial, acentuou-se a dicotomia ideológica entre os EUA e a URSS com esta procurando alterar a divisão do mundo através da Guerra Revolucionária, com reais reflexos na concepção de emprego da FT.

Concepção Atual - A expansão soviética do comunismo e a arma atômica, fator de preocupação relevante no relacionamento entre as grandes potências, norteiam as atuais concepções estratégicas militares.

As FT passaram a ter maior participação no âmbito interno e apareceu o emprego das tropas de terra por procuração, com a Guerra da Coréia como exemplo inicial.

A Guerra Nuclear ficou dimensionada a apenas um dos tipos

em que a FT poderá participar e o fogo nuclear empregado junto ao convencional. É evidente que o nível de violência será elevado. No novo ambiente, as operações terão como características: necessidade de dispersão; concentração de forças apenas por períodos curtos para não oferecer alvo compensador; maiores dimensões das zonas de ação; e operações altamente descentralizadas, exigindo alto grau de iniciativa dos comandos.

Das estratégicas atuais, das que envolvem mais de perto as FT, destacamos a Estratégia Periférica, a Dissuasão (Deterrência) e a Escalada (Resposta Flexível e Guerra Limitada).

Da formação de dois blocos de ideologia antagônicas, atuando em todo o cenário mundial, emergiu a Estratégia Periférica no sentido de conter a expansão comunista. Normalmente, o emprego da FT dá-se no âmbito interno apoiado ou não por países amigos e caracteriza-se por ações de Guerra Revolucionária.

Na dissuasão, passiva ou ativa, o emprego da FT busca convencer o inimigo a não empregar seus meios para obter determinado resultado ou não se opor a uma ação que se deseja realizar. No caso específico da tropa de terra, ocorre com mais frequência com os países limítrofes. A Deterrência envolve a prevenção do uso do armamento nuclear.

Na Escalada, o emprego da FT dá-se em todo o espectro da guerra, desde a ameaça velada da Diplomacia, através de demonstração de força, até a consolidação e ocupação dos objetivos nucleares.

Na concepção atual de emprego, o conceito de defensiva apresenta nuances expressivas de agressividade, sob a ótica estratégica. Para manter ou negar determinado espaço territorial (predisposição defensiva), o Poder Militar, com ênfase no componente terrestre, pode projetar o Poder Nacional além fronteiras. Dá-se, em geral, com a ação rápida e decisiva de

meios poderosos que, com surpresa, colimam o objetivo fixado antes da reação efetiva ou da mobilização da opinião pública. É o fato consumado diante da contingência de um conflito. Leva as agruras e desgastes das operações ao território inimigo.

As manobras estratégicas e táticas exigem rápidos deslocamentos, conduzindo à criação de Grandes Unidades aeroterrestres. O helicóptero tem destacada atuação e emprego diversificado em íntimo apoio às operações terrestres.

É corrente o emprego em massa de blindado, com melhor proteção e maior desempenho através campo, em manobra de envolvimento de superfície, combinado ou não com o envolvimento vertical de tropas aeroterrestres, a despeito do novo poder da Infantaria pelo aparecimento de novas armas. Hoje, a probabilidade de acerto de um impacto direto em um carro de combate, viatura blindada de transporte de pessoal ou avião é maior que 50%. Não seria surpreendente se o uso estratégico das aeronaves fosse sumindo aos poucos, se seu futuro fosse restrito a objetivos táticos numa guerra limitada e se fossem substituídos por mísseis numa guerra total.

Há, atualmente, uma dependência da FT em relação à força aérea pois todo e qualquer deslocamento de meios pressupõe a necessidade de uma superioridade no ar, ainda que local.

A sofisticação do armamento e comunicações, a utilização do computador no "front" e as inovações mecanizadas tornam o êxito mais dependente da máquina e oneram o apoio administrativo, principalmente, quanto ao suprimento e manutenção.

A concepção atual enfatiza necessidade de versatilidade e flexibilidade das armas para que a força possa ser usada de muitas maneiras diferentes.

CAPÍTULO 4

ASPECTOS HISTÓRICOS DE ALGUMAS FT TRADICIONAIS

Capacidade Soviética - Em 1920, fracassaram as esperanças de asfixiar a Revolução Russa por parte do ocidente. Um exército superdimensionado numa conjuntura de fome exigiu, inicialmente, uma desmobilização e em seguida a elaboração de uma doutrina militar soviética.

Após a Revolução, o exército soviético, exército de classes, realizou, em diferentes regiões e ao mesmo tempo, a repressão sistemática a todo o movimento contra-revolucionário. A Rússia projetava poder por sua pátria mas com o objetivo de levar a Revolução ao mundo.

Em 1925, introduziu-se no Exército Vermelho modificações de organização nas FT.

O CEx era considerado a grande unidade tática das FT. A Divisão a grande unidade tática fundamental. A Divisão era constituída por 3 regimentos de fuzileiros, um de artilharia, um esquadrão de cavalaria, uma companhia de sapadores, um grupo de engenheiros, uma companhia de comunicações e outros serviços. Diminuiu-se o efetivo e aumentou-se o poder de fogo. Houve melhoria na preparação dos quadros militares. O fortalecimento econômico possibilitava crescer ao Exército maior poder.

A mobilidade não recebeu, de pronto, a atenção que mereceu a Artilharia, por exemplo, por considerar que no ambiente soviético o verão era curto e o inverno longo. Os carros tinham dificuldades nos deslocamentos enquanto que os canhões a tiravam sem precisar mover-se. A cavalaria dava a pouca mobilidade tática.

O governo fomentava o desenvolvimento industrial e agropecuário ao mesmo tempo que formava-se um poderoso instrumen-

to militar através do Exército Vermelho que Trotzky organiza-
ra.

Era patente que a URSS tornar-se-ia uma grande potência. Em 1934, incorporou-se à Liga das Nações e sua voz adquiriu, rapidamente, considerável autoridade, sobretudo, por ver-se escorada, nos problemas internacionais, pelos Partidos Comunistas de todos os países, que respondiam às ordens do "Comintern" ou Terceira Internacional com sede em Moscou.

A projeção soviética inquietava os dirigentes europeus conservadores que acreditavam ser o nazismo alemão o freio à expansão do comunismo, tornando-os tolerantes para com a Alemanha.

Na II Guerra, as FT soviéticas não conseguiram, inicialmente, deter a "Blitzkrieg" alemã que bate às portas de Estalingrado. Ali começou o contra-ataque decisivo do Exército Vermelho. Contando com o inverno a seu favor, os soviéticos empreendem uma contra-ofensiva, fazendo as tropas alemães recuarem. Batalhões de esquiadores soviéticos atacavam com grande mobilidade, sobretudo durante a noite, os flancos de unidades inimigas que tinham seus carros presos na neve profunda. Em janeiro de 1944, dominam a Polônia e, em março, já haviam libertado todo o seu território meridional até o Dniéster. Um ano após, as FT soviéticas já estavam às portas de Berlim e seus canhões faziam calar as últimas posições defensivas.

Ao término da Guerra, observa-se uma crescente tensão entre os EUA e a URSS, potências de ideologia e interesses opostos. Ambas têm tido um cuidado especial de manterem-se envolvidas em uma competição mundial sempre sob a constante ameaça de uma guerra nuclear. As superpotências têm, por vezes, usado suas forças militares ou protegendo posições ou interesses, ou mesmo expandindo sua influência à custa da outra.

A URSS exerce estreito controle sobre os países sob sua órbita e ao mais insignificante sinal de desobediência ou início de livre pensamento projeta poder, utilizando as FT, com preponderância nos carros de combate, como se deu na Alemanha Oriental, na Tchecoslováquia e na Hungria.

A possibilidade de que um conflito local possa iniciar uma escalada numa guerra total tem auto limitado a participação de ambas as superpotências.

Não só os conflitos de guerra fria como Coréia e Vietnam têm sido cuidadosamente limitados como também Moscou e Washington têm evitado um confronto direto.

A URSS ameaçou intervir com suas forças de combate na crise do Oriente Médio, envolvendo os EEUU em 6 ocasiões.

1956 - Crise de Suez

1957 - Crise Turquia-Síria

1958 - Crise Libanesa

1967 - Guerra de Junho

1970 - Guerra de Atrito

1973 - Guerra de Outubro

A URSS ameaçou intervir ou usar forças de combate em áreas próximas ou no Oriente Médio em outras ocasiões como Yemem em 1967, Etiópia em 1977/78.

Em acréscimo à ameaça verbal, os soviéticos usaram suas forças armadas para assinalar a possibilidade de real intervenção. Em 1957 e novamente em 1958, grandes manobras terrestres foram realizadas pela URSS ao longo da fronteira com a Turquia, comandadas por um proeminente general soviético.

Em 1979, a URSS invade o Afeganistão em importante e demorada projeção do poder utilizando FT.

No dia 24 dez, teve início o movimento. Em 3 Divisões motorizada, 85.000 homens invadiram por terra e marcharam sobre HERAT, QANDAHAR E KABUL. Na tarde do dia 27, o Presidente Ha

fizullah Amin recebia uma chamada telefônica do amável Ministro das Comunicações soviético, informando de que tudo estava perfeitamente normal. Naquela mesma noite, unidade de assalto atacou o DARULAMAN PALACE, residência do Pres Amin. Elementos do exército afegão, leais a Amin reagem e infligem pesadas baixas na tropa soviética mas, inferiorizados, são derrotados. Amin e diversos membros de sua família são mortos. É colocado em seu lugar Babrak Karmal, um comunista afinado com Moscou.

Tal fato proporcionou à URSS estratégicas bases aéreas, uma fronteira comum com o Paquistão e oportunidade de colocar suas tropas no flanco nordeste do Irã. Conseguiu a URSS um trampolim para o golfo e permanente ameaça para a rota do petróleo.

A importância desta projeção está em que é a primeira vez que, diretamente, os soviéticos, após buscarem várias formas indiretas, procuram alterar a seu favor a paz estabelecida após a II GM.

Esta invasão foi a primeira, após 46, a um país do 3º mundo. Haviam invadida a Hungria e a Checoslováquia. Suprimam o exército da Coreia do Norte na invasão pela Coreia do Sul. Apoiaram Hanoi na invasão pelo Vietnam do Sul. Colocaram tropas em outros países como Polónia, Alemanha Oriental, Roménia, Egito e Cuba, assim como Hungria e Checoslováquia. Indiretamente, Moscou teve possibilidades de instruir unidades de combate cubanas para serem enviadas para países do 3º mundo como Angola e Etiópia. Milhares de conselheiros militares soviéticos foram enviados para a Etiópia.

A diferença da conduta da FT na projeção do Poder na Hungria e na Checoslováquia em relação à projeção num país do 3º mundo como o Afeganistão é que na primeira, estava em risco o regime comunista e elas tinham em comum a fronteira com a URSS, enquanto que o Afeganistão não era nem membro do Pacto

de Varsóvia. O que torna a invasão do Afeganistão nova e alarmante como projeção de poder é o fato de que, pela primeira vez, o exército soviético atravessava a linha territorial estabelecidas pela II GM.

Haviam apoiado e encorajado conflitos fora da linha, mas esta foi a 1ª vez que o exército soviético atravessou-a.

A força de ocupação deveria proporcionar a Babrak Karmal, chefe do governo, condições para este restabelecer a ordem, unificar o partido, reconstruir o exército e retomar o controle do campo. Tais objetivos não foram alcançados até agora. Empregando 4% do total de suas forças terrestres, os soviéticos mesmo com desempenho medíocre, não demonstram sinais de abreviar a ocupação pois estão ganhando uma experiência militar valiosa. A falta de êxitos nos campos de batalha não é suficiente para que abandonem seus "aliados fraternos" em razão do elevado investimento de prestígio soviético em jogo.

Capacidade norte-americana - Após a I GM, o Exército norte-americano evoluiu rapidamente para a motorização com eliminação sistemática do cavalo. Entretanto, essa evolução ficou aquém do esperado pois o Exército norte-americano encerrou-se em seu mundo profissional e se, de 1920 a 1935, não teve grandes avanços também não adotou uma postura antimilitarista.

Havia uma reação contra o envolvimento dos EUA na I Guerra Mundial, buscando a nação o pacifismo e isolacionismo. A recessão também provocou um certo desinteresse por desenvolvimento do Poder Militar.

O espetáculo da II GM na Europa fascinava, alarmava e amedrontava o povo americano.

A política de neutralidade permanece até fins de 1939 quando passam a apoiar os aliados, com armas e munições.

Em julho de 1941, tropas norte-americanas substituíram as

britânicas na Islândia. A situação evoluiu com o agravamento das tensões no Extremo Oriente onde a política expansionista do Japão ameaçava a presença norte-americana no Pacífico. Em 11 de dezembro de 1941, os EUA declararam guerra às nações do eixo, projetando para a Europa e para o mundo elevada capacidade ofensiva, mudando, de forma decisiva, o panorama do conflito em favor dos aliados.

Na África do Norte, tropas terrestres norte-americanas sob o comando do Gen Dwight D. Eisenhower, com os exércitos do Gen britânico Montgomery liquidaram italianos e alemães, provocando a rendição em 14 de março de 1943.

Nas costas da Normandia, Norte da França, sob o comando, novamente, do Gen Eisenhower, em 6 de junho de 1944, tem início a marcha vitoriosa em direção a Berlim.

No Pacífico, o Gen MacArthur pulou de ilha em ilha à despeito da vontade feroz e desesperada do soldado nipônico.

Com a invasão da Coreia do Sul pela Coreia do Norte em 1950, tropas da ONU (excluídas as sul-coreanas, o grosso do efetivo era norte-americano), após serem empurradas quase até o mar com a surpresa do ataque inicial, passam a contra-ofensiva. Sob o comando do General Mac Arthur, as tropas norte-coreanas são repelidas até a fronteira com a Mandchúria, muito além do paralelo 38.

A intervenção dos exércitos da China Vermelha mudou o quadro vitorioso quase levando os EUA à guerra total contra a China, solicitada por Mac Arthur mas repelida pelo Presidente Truman.

A adoção oficial pelo Líbano da Doutrina Eisenhower abriu as portas do Oriente Médio aos Estados Unidos. Ela assegurava o emprego de forças dos EUA na defesa da soberania e da integridade territorial de qualquer país do Oriente Médio que solicitasse ajuda contra agressão armada por parte de qualquer na

ção controlada pelo Comunismo Internacional.

Em menos de 20 horas após o pedido de intervenção militar solicitada pelo Presidente Chamoun, desembarcavam os primeiros soldados americanos, de um total que chegou a 15.000, em Beirute, numa tarde de 15 de julho de 1958.

O grosso das tropas permaneceu estacionado fora de Beirute enquanto uma pequena parte realizava missões dentro do perímetro urbano. Protegendo prédios onde funcionavam instalações americanas, áreas onde residiam cidadãos dos EUA e controlando o porto, as forças americanas contribuíram para apaziguar, por algum tempo, aqueles que pretendiam destruir o Líbano.

A projeção de poder trouxe maiores rendimentos políticos aos EUA pois:

- mostrou aos soviéticos que estavam dispostos a recorrer à guerra, se necessário, para proteger o Oriente Médio; e

- demonstrou aos árabes, sobretudo à RAU, que a URSS não iria à guerra para defendê-los.

Os E.U.A. estavam envolvidos na Indochina, desde o governo Eisenhower, entretanto, o desembarque maciço de tropas (42.200 homens) só ocorreu em maio de 1965.

Em 1966, aumentou a escalada com a luta intensificada no ar e na terra. Com a opinião pública dividida, o Presidente Johnson decidiu em março de 1968, a desescalada da guerra após uma grande ofensiva das forças vietcongs.

O novo governo, do Presidente Nixon, procura a "vietnamização" do conflito, limitando a participação terrestre e ampliando a guerra aérea além de aumentar o poder de fogo do exército sul-vietnamita.

No início de 1973, retornam as forças terrestres da Guerra do Sudeste Asiático, deixando de colimar os objetivos propostos mas trazendo rica experiência de guerra irregular.

Em 25 de Out de 1983, uma força de assalto de fuzileiros e forças especiais do exército invadem Granada antes do término das obras de construção do aeroporto, por trabalhadores cubanos. Numa ação rápida, desestabilizam o governo vigente, desengajando-se antes mesmo da mobilização do repúdio da opinião pública internacional. Segundo o Presidente Reagan a projeção do poder pelas forças norte-americanas foi a alternativa que restou contra a "gang" que tinha assumido e que as tropas foram enviadas para proteger os mil americanos na ilha e restabelecer as instituições democráticas.

A mais recente projeção do Exército Norte-Americano teve início no dia 14 de julho de 1986, na vizinha Bolívia.

Por solicitação, segundo a imprensa, do Presidente Estensoro, 160 militares dos EUA, armados e equipados, desembarcaram no aeroporto de Santa Cruz. Os Boínas Vermelhas, soldados bolivianos e policiais dos dois países estão sendo empregados na destruição das plantações de coca e laboratórios de refinação de cocaína, localizados na selva.

A forma de projeção é ímpar na medida em que envia elementos do exército, em missão no exterior, para funções policiais.

A amplitude dada ao conceito de Segurança Nacional pelo Presidente Reagan para justificar a operação e a proximidade, da área visada, das nossas fronteiras provoca inquietação ao Brasil.

Capacidade francesa - Após o primeiro conflito mundial, a França, sob o ódio para com a guerra que reinava em todos os espíritos, adota o "Exército Defensivo" para satisfazer o sentimento dominante e, em consequência, dá-se o aparecimento da "Linha Maginot". O reconhecimento de que um próximo conflito começasse com uma fase de guerra de movimento, usando unida -

des motorizadas, significaria uma completa mudança na solução defensiva até então adotada.

A II Guerra Mundial encontrou uma França confiante na eficácia da "Linha Maginot" e sem condições de deter uma nova "Blitzkrieg". Os alemães manobraram os blindados, atravessaram as Ardenas e em 40 dias a França caía.

Após a guerra na Europa, a França volta-se para a Ásia. O Corpo Expedicionário Francês entrou na Indochina em 1946 para conduzir uma guerra não convencional contra um inimigo ardiloso. Empregando os Grupos de Comando Aerotransportados Mistos (GCMA), procurou estabelecer bases de guerrilhas em áreas firmemente mantidas pelo Vietminh. As forças terrestres eram inspiradas nas organizações similares da II Guerra Mundial sobretudo os "maquis" franceses. Somente após 1951, o GCMA foi capaz de organizar bandos de guerrilha anticomunista dentro do território inimigo. Nos fins de 1952, havia milhares de guerrilheiros conduzidos pelos franceses, operando com sucesso, em vasta área do Vietnã e Laos. Em 1953, agravou-se o conflito e as potências ocidentais, alarmadas pela flagrante ajuda que a China comunista dava aos rebeldes, viram no incidente uma repetição da guerra coreana e quiseram internacionalizar o conflito. A França se opôs e embora solicitasse ajuda aos Estados Unidos, não conseguiu impedir a queda de Dien Bien Phu, último baluarte francês no noroeste da Indochina.

De 1954 a 1961, o descontentamento da Argélia com o domínio francês explode numa rebelião generalizada e, após lutas intensas, são estabelecidas conversações de paz com a consequente independência do país.

Os anos 60 serviram para a França, através de vários acordos, manter influência na África, preservando sua liberdade de ação. Houve intervenção de tropas francesas em diversos Estados Africanos. Em Camarões, os franceses apoiaram forças do

governo contra a "Union des Populations du Cameroon (UPC)" que recebia ajuda da União Soviética. Na Mauritania (1956-63), após a bem sucedida "Operation Ecouvillon", as tropas francesas mantiveram a paz até a assinatura de acordos. Outras intervenções tiveram lugar no Chad e Nigéria para atender distúrbios internos.

Nos anos 70, as projeções de poder na África foram por razões humanísticas, políticas, econômicas, estratégicas ou combinação delas. Interviu contra Polisário na Mauritania. Apoiou logisticamente e com tropas terrestres o governo do Chad. Forças que deixaram o Líbano entraram no Chad e ficaram até 1981. Duas expedições ao Zaire em apoio à Mobuto; na primeira o apoio consistiu de armas e transporte mas a segunda envolveu 600 combatentes da Legião Estrangeira, 100 paraquedistas, etc.

Na administração Mitterrand, a política francesa adotou o princípio de que qualquer envolvimento militar na África só teria lugar por desejo expresso de um líder africano e com a participação conjunta com tropas africanas. Dentro deste critério, o governo Mitterrand apoiou a intervenção senegalesa na Gâmbia em 1982 e hesitou em intervir no Chad em 1983.

CAPÍTULO 5

CAPACIDADE DA FT BRASILEIRA DE PROJETAR PODER MILITAR

Concepção de emprego das FT brasileiras - Após a I Guerra Mundial, o Exército inspirou-se na concepção de guerra, eminentemente defensiva, nos moldes consagrados pela França, vitoriosa no conflito.

Com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, houve estrutural reforma no Exército com o abandono do modelo francês e adoção do americano. Durante o conflito, prática de operações combinadas de forças terrestres, navais e aéreas culminou com a criação do Estado-Maior das Forças Armadas após a guerra. A além disso, a organização e missões sofreram algumas reformas objetivas em decreto aprovado em abril de 1946.

Novas mudanças ocorreram em 1952 com a aprovação do Acordo de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos, proporcionando aos dois países direitos e deveres para fornecimento mútuo de equipamentos, materiais, serviços ou outras espécies de assistência militar. Os blindados, em razão do sucesso do seu emprego por alemães e americanos, tornam-se a aspiração maior mas as limitações econômicas permitem a criação de apenas uma Divisão, onde se desenvolve a doutrina de emprego. O Exército Brasileiro comprava armas dos EUA e copiava regulamentos de suas FFAA. A doutrina americana, na medida em que velozmente progredia no campo nuclear, abandonava o equipamento convencional e deixava de produzir os respectivos regulamentos.

No fim dos anos 60 e início dos anos 70 estabeleceu-se um vázio de literatura útil para o nosso Exército em razão dos militares americanos não mais produzirem regulamentos adequados ao nosso material. Tal fato levou-nos a produção de nossos próprios regulamentos e optar pela fabricação e uso de material tecnologicamente consoante a geografia e topografia do

país, num momento em que o quadro enfatizava a função mantenedora da ordem interna pela força terrestre.

As tentativas de expansão do comunismo internacional e os conceitos de segurança conduziram a novas concepções de emprego da FT, levando em consideração, não só a guerra convencional e nuclear como o ressurgimento da guerra de guerrilha. A doutrina da Guerra Revolucionária passou a ser amplamente difundida com base nas experiências da França na Argélia e Indochina. Havia a crença de que a agressão externa se daria pela via interna.

Das estratégias de Ação Independente, Aliança, Ofensiva, Defensiva, Presença e Dissuasão, as duas últimas destacam-se como forma usual de projetar poder.

A presença do Exército em todo o território assegura de modo eficaz, não só a estabilidade política e social, da lei e a ordem mas, também, a própria integridade do país e a integração nacional. É efetivada pela criteriosa distribuição pelo território, suprindo, em parte, a deficiência da mobilidade, em especial da aeromobilidade, isto é, a possibilidade de deslocamentos rápidos, com força suficiente, por regiões onde a presença das forças terrestres se torne necessária.

A dissuasão, dentro das limitações inerentes a um país em desenvolvimento, estará orientada para a segurança externa no âmbito regional. A manutenção de forças aptas a emprego imediato deve desencorajar potenciais conflitos com históricos e tradicionais adversários.

Encarregado de colimar o prescrito na concepção estratégica de emprego da Força Terrestre, cabe ao Exército Brasileiro preparar-se dentro do quadro político-estratégico existente no país.

No Brasil, conforme Of nº 33-19Sch/EME, de 6 ago 84, do EME, publicado no Boletim do Exército nº 33 de 17 de agosto

de 1984, a Força Terrestre será empregada para:

"a) no âmbito da Segurança Interna

- atuar de modo preventivo, repressivo e operativo contra qualquer forma de ameaça ou agressão que apoiadas ou não do exterior, comprometam os interesses vitais da Nação;

b) no âmbito da Segurança Externa

- prevenir e dissuadir atitudes hostis e ameaças externas aos interesses vitais da Nação;

- atuar contra o inimigo externo, impedindo ou repelindo qualquer forma de ameaça ou agressão aos interesses vitais da Nação;

- garantir, em qualquer caso, a inviolabilidade do território nacional, em especial da fronteira terrestre e da orla marítima, bem como participar da garantia da inviolabilidade do espaço aéreo;

- participar de forças, sob a égide de organismos internacionais, como decorrência de compromissos assumidos, no quadro da defesa coletiva do continente americano ou para a manutenção da paz mundial.

c) Realizar, sem prejuízo de sua missão principal, as seguintes atividades complementares:

- desenvolver ações de interesse militar nos campos científico-tecnológico, econômico e social em que houver ocorrência da participação da iniciativa civil;

- colaborar com a Defesa Civil, prestando socorro em casos de calamidade pública."

Organização e Articulação das Forças Terrestres Brasileiras - Paralelamente à evolução da concepção de emprego, ocorreram mudanças na organização da força terrestre brasileira. A experiência trazida da II Guerra, pela FEB, foi cristalizada numa nova organização em 1946 que sofreu transformações e

adaptações na década de 50.

Basicamente, o Ministério da Guerra passou a compreender: o Alto Comando formado pelo Ministro da Guerra, os chefes de Departamentos e os Comandos das Armas, estes correspondendo a quatro Zonas Militares, que deram origem a 4 Exércitos, e a Secretaria Geral.

O espírito de renovação das forças de terra criou a Divisão Blindada e a Divisão Aeroterrestre além de transformações na área de ensino e instrução.

As Grandes Unidades de Batalha passaram a ser o Exército e o Corpo de Exército enquanto a Divisão uma Grande Unidade básica de combate.

Ao Exército, foram cedidos todos os elementos de apoio logístico e de combate para planejamento da grande manobra.

O Corpo de Exército foi criado para facilitar a ação de comando já que a capacidade máxima de comando compatível com um único chefe não deve ultrapassar cinco subordinados diretos.

As Divisões são, no Exército, as Grandes Unidades básicas. Dotada de organização ternaria ela tem auto-suficiência para combinar armas para o combate além de prerrogativas táticas e administrativas.

Subordinado à Divisão, apareceu, inicialmente, o Grupamento Tático, substituído pela Brigada cuja organização variável proporciona flexibilidade de composição em função da missão recebida.

Com este arcabouço, o Exército Brasileiro entra na década de 60 distribuído pelo território nacional com quatro Exércitos, o Comando Militar do Planalto e o Comando Militar da Amazônia, além das dez Regiões Militares. Em razão da Reforma Administrativa, ocorre um amplo trabalho de reaparelhamento, modernização da instrução e nova organização administrativa.

No início dos anos 70, buscou-se maior operacionalidade reestruturando as antigas Divisões de Infantaria e transformando-as em Divisões de Exército além de substituir as Grandes Unidades existentes por Brigadas de Infantaria (Motorizada, Blindada e de Selva), de Cavalaria (Mecanizada e Blindada) e de Paraquedistas. Em 1975, com a criação da IMBEL, empresa pública vinculada ao Ministério do Exército, deu-se um grande passo na progressiva nacionalização dos meios materiais em uso no Exército e tornou realidade uma futura auto-suficiência nesse setor vital da economia.

Atualmente, o Exército sofre importantes mudanças e, obedecendo a um planejamento cuidadoso e oportuno, culminará, numa primeira etapa, com a constituição da Força Terrestre 1990. As alterações quantitativa, qualitativa, de organização e articulação buscarão atender, na dinâmica interna e externa, a operacionalidade plena.

A recente criação da aviação do Exército preencherá uma importante lacuna no emprego e proporcionará maior aeromobildade às FT.

Os antigos Comandos de Exército deram lugar aos Comandos Militares, não uma simples e formal mudança de denominação mas uma nova concepção estratégica, numa estrutura apropriada e missão compatível.

O Exército Brasileiro está, agora, organizado e articulado de forma a atender os objetivos constantes da política para a paz mas de forma a permitir que, com um mínimo de adaptação, evolua para a guerra.

As Forças Terrestres Brasileiras estão grupadas no território nacional em:

- Comando Militar da Amazônia - Sede em Manaus
- Comando Militar do Oeste - Sede em Campo Grande
- Comando Militar do Nordeste - Sede em Recife

- Comando Militar do Planalto - Sede em Brasília
- Comando Militar do Leste - Sede no Rio
- Comando Militar do Sudeste - Sede em São Paulo
- Comando Militar do Sul - Sede em Porto Alegre

Acervo de Projeções da Força Terrestre Brasileira

1. O Exército Brasileiro na II Guerra Mundial

Durante a II Guerra Mundial, com o desaparecimento do perigo de invasão do nosso território, após a expulsão dos alemães e italianos do Norte da África, o governo brasileiro decidiu apoiar mais efetivamente as tropas aliadas.

Pensou-se, inicialmente, em enviar um Corpo de Exército. Problemas de variada natureza tornaram possível apenas o embarque de uma Divisão, acompanhada de diversos órgãos de apoio.

A Portaria Ministerial nº 47/44 de 9 de agosto de 1943 estruturou a Força Expedicionária Brasileira - FEB, com base na 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária - 1ª DIE.

Após uma preparação técnica e tática, preliminar, 25.000 homens embarcam para Nápoles, divididos em 4 escalões. No final de fevereiro de 1945, já se encontrava no continente europeu a primeira força latino americana para combater em terras de ultramar.

No Teatro de Operações, a tropa brasileira recebeu material de guerra e treinamento visando um melhor adestramento. Em setembro de 1945, nossos soldados já mobiliavam a linha de combate.

Enfrentando condições ambiente desfavoráveis e sem treinamento suficiente, supera o nosso combatente as vicissitudes da guerra e começa um trajeto de vitórias. O pavilhão nacional é hasteado com glórias em Camaione, Monte Prano, Fornaci, Galicano, Barga, Monte Castelo, Montese, Collecchio e For

novos.

A FEB, sob o comando do General Mascarenhas de Moraes, projetou o nome do Brasil e de sua participação adviriam benefícios para o fortalecimento do Poder Militar.

2. Exército Brasileiro - Força de Paz no Oriente Médio

Atendendo um convite da ONU, o Presidente da República foi autorizado, em novembro de 1956, a enviar para o Oriente Médio um contingente do valor Batalhão.

Foi ativado o 3º/2º RI e embarcado para Suez sob o comando do Cel Inf Iracílio Ivo de Figueiredo Pessoa. Sob a denominação Batalhão Suez, passou a integrar a Força Internacional de Emergência cujo objetivo era manter a paz e a segurança da região entre o Canal de Suez e a linha de armistício entre Israel e o Egito.

Deslocou-se em viaturas fabricadas no Brasil para El Ballah onde permaneceu em reserva logo partindo para El Arish e em seguida Rafah. Nesta região, manteve seu posto de comando até o regresso em 1967.

Realizando patrulhamento de extensos trechos desérticos, as FT brasileiras contribuíram para a manutenção da paz ao lado de canadenses, colombianos, dinamarqueses, finlandeses, indianos, indonésios, iugoslavos, noruegueses e suecos.

3. Exército Brasileiro - Força da Paz na América Central

Diante do apelo da Organização dos Estados Americanos - OEA, o Congresso autorizou o envio de um contingente militar para a República Dominicana. A Força Armada Interamericana - FAIBRAS - era constituída por um Batalhão do Regimento Escola de Infantaria e uma Companhia do Corpo de Fuzileiros Navais e comandada pelo coronel Carlos de Meira Mattos. Estava subordinada à Força Interamericana da Paz, FIP, comandada por um general brasileiro, Hugo Panasco Alvim, que enquadrava também contingentes da Costa Rica, Estados Unidos, Honduras, Nicaragua

gua e Paraguai.

À FIP eram atribuídas as seguintes missões:

- cooperar na restauração da normalidade da vida na República Dominicana;
- manter a segurança dos habitantes e a inviolabilidade dos Direitos Humanos; e
- estabelecer um clima de paz para o perfeito funcionamento das instituições democráticas.

Empregada em situações delicadas e perigosas, a FAI - BRÁS constituiu-se em padrão de força de paz, tais eram as demonstrações de eficiência, rapidez e precisão. Depois de cumprir, por quase 16 meses a missão imposta, retornou ao Brasil coberta de prestígio e respeito.

4. Outras Projeções

Fiel a compromissos internacionais, o Exército Brasileiro cooperou, ainda, em missões de observação em Cachemira, Chipre e El Salvador.

No último e catastrófico terremoto que quase destruiu a capital do México, uma equipe de oficiais e praças da arma de engenharia, especialista em demolição, foi alvo de elogios pelo espírito humanitário, dedicação, perícia e elevado valor profissional.

A simples existência e presença da Força Terrestre, articulada pelo território nacional, já constituem um fator de dissuasão e portanto uma projeção de poder.

A participação do Exército no processo histórico-cultural brasileiro, embasada em tradições e vocação democrática, tem sido fator fundamental de aglutinação, valorização e projeção do Brasil.

CAPÍTULO 6

CAPACIDADE DE FORÇAS TERRESTRES DE PODERES NACIONAIS SIMILARES

Forças Terrestres Argentinas - As forças armadas da Argentina são constituídas pelo Exército, Armada e Força Aérea, pertencentes ao Ministério da Defesa e subordinadas ao Presidente da República.

O Exército Argentino é composto de:

- 1 Comando
- Tropas de Exército
- 4 Corpos de Exército

O Comando das FT é exercido pelo Chefe do Estado-Maior Geral e dispõe, como seu principal órgão de planejamento e de assessoramento, do Estado-Maior do Exército. Subordinado ainda ao ChEMG, encontramos um Estado-Maior Especial ao qual estão vinculados órgãos de comando e assessoramento técnico.

As Tropas de Exército são empregadas para apoiar os Corpos de Exército, suplementando-os e ou complementando-os.

Os C Ex, integrados por um número variável de Brigadas, não podem ser concebidos como C Ex brasileiros pelas diferenças intrínsecas existentes.

A aquisição de material bélico adquirido através do Plano Europa permitiu, em prazo relativamente curto, fosse concretizado um reequipamento que concorreu para aumento da capacidade operacional das Unidades. O Plano foi complementado por equipamentos e armas fabricadas no país, fortalecendo em muito a FT.

Registre-se como significativo instrumento de projeção de poder o fato de que a Argentina já reúne condições técnicas e científicas para produção de um artefato nuclear se já não o tem.

As Brigadas devem estar pre-posicionadas para atender duas :

frentes: Leste para antepor-se a Uruguai, Brasil e Paraguai , e Oeste para fazer face ao Chile. As características do terreno impõem articular as Brigadas de Montanha à oeste e as Blindadas à Leste.

O elevado grau de motorização e mecanização aliado a uma boa infraestrutura de transportes proporcionam uma mobilidade tática e estratégica às forças de terra da Argentina.

O Serviço Militar repousa, essencialmente, na conscrição obrigatória.

O Parque Industrial, em especial a indústria automobilística, assegura apoio logístico do material nacional. A diversificação do material blindado, de fontes estrangeiras, cria uma dependência de estoques, dificultando a reposição e manutenção.

O Exército Argentino ainda tem impregnados na sua doutrina reflexos da escola alemã, adotada antes da americana que atualmente norteia o preparo e emprego das Forças Terrestres.

Ao longo de sua história, a FT argentina viu-se constantemente envolvida em problemas de território com seus vizinhos em razão da falta de definição que ainda hoje persistem. Entretanto, com exceção da Guerra das Malvinas, não havia se envolvido em conflito bélico significativo pois quase sempre foi empenhada em missões de caráter interno, sendo apreciável a experiência no combate à subversão e às guerrilhas urbanas e rural.

O TO das Malvinas, por ser insular, caracteriza-se como aeronaval. As condições de movimento terrestre eram precárias , principalmente, para a utilização de viaturas blindadas. As ações terrestres envolveram 11.000 argentinos com prevalência de infantessob a pseudavaliação de que eles teriam apenas que ocupar a ilha.

A inexpressiva atuação da FT argentina respalda-se em vá-

rios aspectos que foram muito divulgados, entre os quais destacamos:

- falta de unidade de comando;
- falta de integração das FFAA, principalmente, nos escalões mais elevados;
- falta de reservas móveis adequadas e em condições de intervirem no combate;
- quebra dos laços táticos com o emprego de unidades de diferentes GU em uma mesma posição defensiva;
- inadequado emprego de viaturas blindadas;
- inadequado equipamento para as condições ambiente;
- deficiente apoio logístico com reflexos na cadeia de suprimentos e apoio de manutenção;
- combatente com falta de experiência, deficiente formação e adestramento, e sem adaptação para atuar nas condições climáticas do TO;
- falta da presença do comandante à frente da sua tropa.

O insucesso da projeção do poder tem impulsionado a reorganização e fortalecimento do Poder Militar da Argentina. A honra nacional comprometida é um potencial de crise embutida em uma nação de sentimento passional e fortemente armada.

Registra-se a participação das FT argentinas na Antártida como forma de projeção de poder no intuito de caracterizar, através da Teoria das Confrontações, o domínio de sua parte no continente.

Forças Terrestres Peruanas - As Forças Armadas do Peru são constituídas pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, subordinadas ao Presidente da República que dispõe como órgão de asessoramento, o Comando Conjunto das Forças Armadas.

O Conselho de Defesa é o órgão de supervisão de estudos e medidas concernentes à Segurança Nacional.

O Comando Conjunto das Forças Armadas tem atribuições muito similares ao do Estado-Maior das Forças Armadas. De acordo com o Estatuto do Governo Revolucionário, os Comandantes Gerais das Forças Singulares são os respectivos Ministros Militares.

O Comandante Geral do Exército centraliza o comando de toda a FT, dispondo de um Estado-Maior Geral, de uma Ajudância Geral e de uma Inspeção Geral. Subordinados diretamente ao Comando Geral, encontram-se as Regiões Militares em número de cinco, o Centro de Instrução Militar do Peru, a Aviação Leve do Exército e outros órgãos militares.

As Grandes Unidades classificam-se em:

- Grande Unidade de Batalha (Divisão de Exército só em tempo de guerra).
- Grande Unidade de Combate (Divisão Motorizada).
- Grande Unidade Especial (Divisão Blindada, Divisão Aeroterrestre, Divisão de Selva e Divisão Mecanizada).

As Divisões têm valor equivalente às nossas brigadas.

O material bélico adquirido, após a revolução, possibilitou ao Exército reequipar sua Divisão Blindada e atender a transformação de duas Divisões Motorizadas ou Mecanizadas, proporcionando-lhes uma apreciável potência de fogo e grande mobilidade.

As FT devem articular-se para atender 3 frentes: Norte para fazer face ao Equador; Sul para antepor-se ao Chile e Bolívia; e Leste face ao Brasil e Colômbia. Manter no centro do território ou na região de Lima, sua reserva estratégica.

A articulação deve atender as frentes Norte e Sul com preponderância de blindados ao Sul devido características do terreno. À Leste, em missões de cobertura e vigilância das fronteiras amazônicas, devem estar dispersos pequenos efetivos da FT.

Observa-se alto grau de motorização e mecanização das Unidades, proporcionando elevada mobilidade tática mas com a mobilidade estratégica prejudicada em razão da deficiente estrutura de transporte.

O Serviço Militar é obrigatório e universal, sendo antes realizado à base de sorteio. Para as mulheres, é obrigatório em Tempo de Guerra e voluntário em Tempo de Paz.

A atividade logística é muito prejudicada pela pequena expressão do Parque Industrial do país e pela diversificação do material de várias fontes.

A profissionalização do Exército inicia-se em 1897 com a chegada da Missão Militar Francesa, que permanece até 1922 e regressa, posteriormente, de 1932 a 1939. A doutrina militar é baseada na americana em razão da Missão Militar mantida pelos EUA até 1969 e retirada por solicitação peruana. Preocupou a influência da URSS e CUBA após a revolução de 1968, atenuada pela segunda fase da revolução.

Empregada inicialmente em lutas internas, as FT peruanas tiveram a primeira participação externa na Guerra do Pacífico em 1879. Carente de comando, disciplina, organização, treinamento e equipamento, o Exército ainda dependia, para operações terrestres, das linhas de comunicações marítimas. A Marinha Peruana cobriu-se de glórias mas o Exército foi derrotado em todos os encontros, com conseqüências trágicas para o país que perdeu, inclusive, parte do seu território. Conseqüências do insucesso repercutem até hoje com a obsessão da defesa do território nacional e a busca constante de fortalecimento do Poder Militar evitando a repetição da imprevisão com a segurança nacional.

No conflito com a Colômbia, iniciado em 1932, tanto o Exército quanto a Marinha do Peru estavam em condições melhores que as Forças Armadas do adversário. Os temerosos e inde-

cisos políticos peruanos demoraram em tomar a iniciativa e proporcionaram à Colômbia tempo suficiente para criar uma pequena força que recuperou a cidade de Leticia, pondo fim à Guerra. Na realidade, as FT como um todo nem chegaram a se engajar no conflito. Mais uma frustração acrescida do aumento do ressentimento com a classe política por sua falta de definição e desentendimento com os chefes militares.

Uma FT mais numerosa, bem preparada e atuando com autonomia, sem interferência política, ao contrário de 1879 e 1932, enfrenta o Equador em 1941. Antigos problemas de limites de correntes da formação histórica e territorial dos dois países dão origem a campanha curta e vitoriosa para as forças peruanas. Pelo Protocolo do Rio de Janeiro o Peru teve reconhecida a posse do território contestado em condições melhores do que se julgava com direito.

No campo interno, até hoje, o Exército Peruano tem participado da repressão às guerrilhas, com ênfase em 1967, atuando contra a subversão e tomado parte acentuada na vida política do país.

A atual capacidade da FT em projetar o Poder Militar constitui-se em expressivo instrumento de dissuasão interna e externa.

Forças Terrestres Venezuelana - As forças armadas venezuelanas são constituídas pelo Exército, Marinha, Aviação e Força Armada de Cooperação.

Como na maior parte dos países sul-americanos, as FFAA têm, historicamente, participado ativamente da política interna do país. A FT é a depositária das tradições de lutas libertadoras da nação.

As FT estão articuladas para atender três frentes: Leste, frente à Guayana; Oeste, frente à Colômbia; e Sul, frente ao

Brasil. Com excessão da frente ocidental, as demais são protegidas por obstáculos naturais. Politicamente, está voltada para o Caribe à procura de uma hegemonia. É inexpressiva a projeção de poder na fronteira com o Brasil, tendo em vista, a fraca presença econômica e tênue dispositivo militar.

O Presidente da República é o "Comandante em Chefe das Forças Armadas Nacionais" de acordo com o prescrito na Constituição Nacional. O Ministro da Defesa tem as 4 Forças subordinadas além da Inspeção Geral das FAN, o Estado-Maior Conjunto e outros órgãos setoriais.

As Forças Terrestres são integradas por um Comando Estratégico do Exército, 2 Divisões de Infantaria, 1 Divisão de Selva e 1 Divisão de Cavalaria.

Na Venezuela, existe uma Força Singular cuja missão é a proteção do tráfego, indústria e comércio legais e que no caso de conflito será auxiliar do Exército, com missão de defesa territorial. A Força Armada de Cooperação (FAC) ou "Guardia Nacional", de organização diferente que o Exército, também auxilia as Polícias Municipais quando incapazes de manter a ordem pública, caso ela seja alterada.

Possuindo um parque industrial que não tem respondido às medidas de desenvolvimento, importa a maior parte do material. A dependência torna o apoio logístico uma vulnerabilidade por falta de componentes para reposição.

As condições fisiográficas do país dificultam o movimento nas frentes Sul e Leste, havendo necessidade de orientar os Blindados para a fronteira ocidental, com a Colombia.

O Exército não tem experiência externa de vulto mas suas forças são frequentemente empregadas em lutas internas de guerrilhas urbana e rural.

Comparação da capacidade das forças terrestres

QUADRO COMPARATIVO DO PODER NACIONAL
CAPACIDADE DAS FORÇAS TERRESTRES

	BRASIL	ARGENTINA	PERU	VENEZUELA
Área (km ²)	8.511.965	2.776.889	1.235.216	912.050
População	36.000.000	29.940.000	19.800.000	18.352.000
Grupos Étnicos %	-Origem europeia: 55% -mulatos: 38% -negros: 6% -outros: 1%	-Origem europeia basicamente espanhola e italiana: 97% -ameríndios: 3%	-ameríndios: 46% -mestiços de ameríndios: 38% -europeia: 12% -negros e chileneses: 4%	-mestiços de ameríndios: 65% -europeia: 20% -negros: 7% -índios: 7% -ameríndios: 1%
PNB/PIB (\$ bi)	210 (PIB)	130 (PNB)	16,4 (PNB)	71 (PNB)
Renda "per capita" (\$)	1595	4.610	947	4.760
Força/Trabalho	51.900.000	10.815.220	5.281.714	4.271.991
Setor Primário %	12	9	18	25
Setor Secundário %	35	25	28	16
Setor Terciário %	53	66	54	59
(Exp/Imp) (\$ bi)	27/19,9	7,4/5,4	3,2/3,6	18,7/12,6
% Analfabeto	26	15	28	15
Educação (%) PNB	5,6	10,4	3,6	19,4
Defesa (%) PNB	0,5	8,1	2	4,6
Tipo S mil	Obrigatório/Seletivo	Obrigatório	Seletivo	Seletivo
S mil (meses)	12	6 a 12	24	24
(Efetivos)				
Forças Armadas	276.000	108.000	128.000	49.000
Força Terrestre	183.000	55.000	85.000	34.000
Força Naval	48.000	36.000	27.000	10.000
Força Aérea	45.000	17.000	16.000	5.000
BLINDADOS	190 M,3 100 X-1A 70 X-1A2 315 M-418 196 EE9 29 M 8 170 EE-11 22 M 59 600 M 113	100 M-4 130 TAM 50 M-41 60 AMX-13 ? Panhard 300 AMX-VTP 150 TAMVCPT 85 M-3 125 M 113 80 MOWAG 5 BDX	250 T54/55 110 AMX-13 60 M-8/-20 15 FIAT 6616 280 M 113 150 UR-416	80 AMX-30 386 M-41 36 AMX-13 10 ANL-245 30 M-8 60 M-706E1 30 EE-11 25 AMX-VCI 61 V-100
Artilharia AP	60 (105mm)	20 (105mm) 18 (155mm)		10 (155mm)
Artilharia AR	420 (105mm) 150 (155mm)	180 (105mm) 70 (155mm)	170 (105mm) 30 (130mm) 36 (155mm)	85 (105mm)
Artilharia AAe Can	30 (35mm) 30 (40mm)	?20 mm ?30 mm ?35 mm	- - 40mm	12 (20mm) - 36 (40mm)

	BRASIL	ARGENTINA	PERU	VENEZUELA
Artilharia AAe Mísseis	4 Roland II	TIGERCAT, Blow pipe, Roland SAM 7	SA-3/-7	-
Can AC	57mm/75mm e 106mm	75mm, 90mm e 105mm	-	76mm/106mm
Mísseis AC	300 COBRAS	SS11/12, CO- BRA, BANTAN, MAMBA	-	SS11, AS11
BdaInf/BdaInfMtz	21	5	7	6
BdaInf Mth/Sel	2	2 Mth/2 S1	1 S1	-
BdaInf Pqdt	1	1	1	-
BdaInfBld	9	-	3	1
BdaCMec	6	-	1	1Rgt Hipo
BdaCBld	1	2	4	-
DI/DE	8 (CmdoDE)	-	-	5
Exército/Corpo de Exército (Cmdo)	5 Ex	4 CEx	-	-
Forças Auxilia- res	220.000	? 21.000	51.600	22.000

OBSERVAÇÕES:

- As comparações quanto ao número de Divisões ou Brigadas, constantes deste documento, devem ser realizadas com cautela, face a diversidade dos efetivos adotados por esses países para suas GU.

- Os dados constantes deste quadro foram retirados do ALMANAQUE ABRIL/1986 e do MILITARY BALANCE 1985/1986. (Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, de LONDRES).

CAPÍTULO 7

CONCLUSÕES

Os aspectos teóricos, históricos e conjunturais, enfocados na abordagem da capacidade das forças terrestres projetarem Poder Militar, induz-nos a algumas conclusões genéricas e outras específicas, orientadas para o quadro nacional.

A interdependência operativa entre as Forças Singulares é uma realidade, ressaltada após a II Guerra Mundial.

As FT não poderão desempenhar qualquer tarefa sem o concurso da Força Naval, principalmente do apoio de fogo, transporte de pessoal e suprimentos, base de pouso de aeronaves, etc.

A Força Aérea é imprescindível para o cumprimento da missão da FT pois além de buscar e manter a superioridade aérea, tão necessária às operações, principalmente ofensivas, realiza o apoio aéreo aproximado além de reconhecimento e transportes de toda a ordem.

As forças de terra têm papéis importantes e diversas formas de emprego militar, projetando poder em ambiente de paz, de guerra convencional, não convencional e nuclear.

A projeção do Poder Terrestre não se limita apenas a uma política de dissuasão mas também proporcionar uma cobertura para quaisquer iniciativas políticas ou militares que pareçam desejáveis ou exequíveis.

A projeção dá-se com a transmissão de mensagens tácitas, visando influir no adversário real ou potencial para modificar o quadro existente a seu favor.

As atividades materiais ou simbólicas das FT condicionam os atores visados a captarem as projeções e convencerem-se de seus efeitos possíveis.

Na projeção, os meios empregados são significantes, entre

tanto, o mais importante é a mensagem e os seus efeitos, ainda que as vezes se confundam.

A necessidade de projeção estratégica da nação e as exigências da guerra moderna quantificam e qualificam a FT, consoante o Poder Nacional disponível.

A organização das Unidades e Grandes Unidades vêm sofrendo sensíveis e periódicas transformações, consoante os constantes avanços tecnológicos, adequação experimental de novos engenhos, transformação do material existente, etc.

Nos conflitos e crises atuais, busca-se, normalmente, a política do fato consumado com efeitos às vezes irreversíveis à curto prazo. O fator tempo é primordial. Para atuação ou reação nessa concepção, avulta a importância da mobilidade estratégica. Sabemos que a mobilização é demorada e por isso diversos modelos preconizam o uso de meios civis rodoviários, marítimos e aeronáuticos adaptados, segundo planejamento prévio e partindo de um pré-posicionamento para as hipóteses viáveis.

Os Estados procuram manter-se atentos aos acontecimentos no mundo, tendo em vista a possibilidade de uma rápida evolução e a conseqüente necessidade de atuar com rapidez, utilizando o Poder Militar. Planos Estratégicos e Táticos são, previamente, elaborados e mantidos atualizados, para as mais diversas hipóteses viáveis. As FT adestradas e com elevado nível de aprestamento, partindo de um pré-posicionamento, utilizando-se ou não da mobilidade marítima ou aérea, executarão, com presteza, ação/intervenção limitada, preventiva ou corretiva, na salvaguarda de interesses nacionais ou internacionais.

A URSS, potência eminentemente continental, dá especial atenção à capacidade das FT soviéticas, "ultima ratio" na conquista e manutenção de áreas continentais. Ainda que tenha

pretensões políticas ideológicas no mundo, mantêm sua capacidade de atuação terrestre voltada ao continente europeu, sendo limitada sua projeção em outras áreas, a maiores distâncias, subordinando-se ainda a não atuação dos EUA ou a capacidade de resistência local de vulto.

A capacidade dos EUA de projeção de poder é ampla e compatível com a sua expressão no cenário internacional. Está apta a fazer-se presente em qualquer área terrestre do mundo e superar resistência convencional de forças regulares de nível ponderável. A intervenção no Sudeste Asiático mostrou suas vulnerabilidades no ambiente de guerra irregular, tornando as projeções terrestres, atuais, limitadas nos objetivos e no tempo.

A capacidade francesa está contida pela preocupação defensiva na Europa; postura adotada com o desfalecimento de seu império colonial. Mantém, entretanto, uma força terrestre para emprego decisivo e rápido, em situações de crise limitada, com ênfase nas que envolvam suas ex-colônias, em razão da existência de interesses franceses prejudicados e ou acordos firmados. É notória a experiência que já dispõe em atuações dessa natureza, destacando-se ações com tropas paraquedistas.

A ação de FT francesas mostrou que o espectro não convencional da guerra oferece opções possíveis em apoio a operações convencionais.

O Brasil, como oitava potência econômica do mundo e destacada expressão política internacional, deve projetar poder para manter tal posição.

No continente sul-americano, para projetar Poder Militar, as FT se apresentam as mais apropriadas ainda que não tenham litígio fronteiro de vulto.

Verifica-se pelo quadro apresentado que a capacidade da FT brasileira em projetar o Poder Militar é destacadamente su

perior às congêneres dos países limítrofes. As vulnerabilidades dos vizinhos, sobretudo de mobilidade estratégica, não impedem projeções limitadas, de surpresa, em áreas junto à fronteira.

A deficiente capacidade de transporte da Marinha e de Aeronáutica limita a projeção oportuna de poder pela FT brasileira em cenários longínquos e impede o emprego de unidades de escalão acima de Batalhão.

A insuficiência de meios das forças brasileiras antepondo-se à necessidade de rapidez de atuação ou reação, em operações carentes de mobilidade, conduz a um modelo baseado no emprego complementar da estrutura civil existente.

Assim é que o transporte por terra, de pessoal e material, seria realizado em tempo oportuno se utilizado os meios rodoviários existentes nas principais rodovias.

O que não podemos é ficar omissos por carência de meios eficazes. Clamaremos sempre por eles mas enquanto não chegarmos adaptaremos outros meios, ainda que civis, pois um esforço de organização, eficiente planejamento e oportunidade de emprego dão à FT adestrada, capacidade de projeção do Poder Militar.

Pela importância demonstrada da FT na projeção do Poder Militar, concluí-se que minimizar as forças de terra e abdicar de sua estratégia, sob a crença de que respondem apenas às necessidades da atividade policial ou de ocupação do terreno, é comprometer interesses nacionais vitais.

O Mar. Sokolowsky, no seu "Voenna a Strategia", afirma:

"A derrota final do inimigo, a captura do seu território, os estabelecimentos de uma ordem conveniente e a solução pacífica de todos os problemas de pós-guerra não podem ser atingidos senão por meio de forças terrestres".

BIBLIOGRAFIA

- 1 . ALMANAQUE ABRIL 1986. São Paulo: Ed Abril, 1986.
- 2 . ÁLVARES, Obino Lacerda. Estudos de estratégia. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1973.
- 3 . ARGENTINA (General Data & Government). Kaleidoscope, Santa Barbara, CA. Dec. 16, 1985. p.1-5.
- 4 . BODRON, Margaret M. A intervenção americana no Líbano em 1958. Military Review, Fort Leavenworth, Ka. 56(2): 86-97, fev. 1976.
- 5 . BRASIL. Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Col 111-1 Estratégia. Rio de Janeiro, 1977.
- 6 . BRASIL. Escola de Guerra Naval EGN-215A. Guia para elaboração de teses e monografias. Rio de Janeiro, 1981.
- 7 . BRASIL. Escola de Guerra Naval. FI-219. Guia para elaboração de referências bibliográficas. Rio de Janeiro, 1981.
- 8 . BRASIL. Escola Superior de Guerra. Manual Básico. Rio de Janeiro, 1981.
- 9 . BRASIL. Exército. Estado-Maior. História do Exército brasileiro: perfil militar de um povo. Brasília, 1972.v.3.
10. BRASIL. Ministério do Exército. Boletim do Exército. Brasília, (33): 9-12, ago, 1984.
11. BRAZIL. (General Data & Government). Kaleidoscope, Santa Barbara, CA. Dec. 9, 1985. p.1-5.
12. CAMINHA, J. Carlos G. Delineamentos da estratégia. s. 1 . Ed. DIOESC, 1980.
13. CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. 1884 - Relações internacionais. Rio de Janeiro, BIBLIEX, Dist Record. 1971.
14. CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. Tendências de emprego das Forças terrestres na guerra futura. Rio de Janeiro, ESG, 1950.
15. COLLINS, Joseph J. A experiência militar soviética no Afeganistão. Military Review. Fort Leavenworth, Ka. 64(4): 18-31, 4. trim. 1985.
16. COSTA, Canrobert Pereira da. O Poder Nacional: Seus fundamentos militares; Instrumentos de ação. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 1(1): 92-112, dez. 1983.
17. DUPUY, René-Jean. O Direito Internacional. Lisboa, Ed Arcádia, 1970.
18. DUVERGER, Maurice. Ciência Política: Teoria e método. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

19. ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL. São Paulo, Enciclopædia Britannica do Brasil, 1976. v.9.
20. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.
21. FLORES, Mario Cesar. Mobilidade Estratégica Marítima e Projeção de Poder. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, 183(7/9): 57-73 jul./set. 1983.
22. FIUZA DE CASTRO, Álvaro. Papel do Exército na guerra moderna. Rio de Janeiro, ESG, 1950.
23. FULLER, John Frederick Charles. The decision battles of the western world and their influence upon history: by major general J.F.C. Fuller. London, Eyre and Spottiswoode, 1954-1956.
24. GAHYVA, Theodorico. Forças terrestres (aspectos doutrinários). Rio de Janeiro, ESG, 1960.
25. HAMMOND, Thomas Taylor. Red flag over afghanistan: the communist coup, the soviet invasion, and the consequences/Thomas T. Hammond. Boulder, Colo. Westview, 1984.
26. HOWARD, John D. Uma experiência Francesa na Indochina. Military Review, Fort Leavenworth, Ka. 56(4): 82-8, abr. 1976.
27. LATIN AMÉRICA. The Military Balance 1985-1986. London, p. 138-57, 1985.
28. LAVENÉRE-WANDERLEY, Nelson Freire. Estratégia militar e desarmamento. Rio de Janeiro, BIBLIEX/Ed Bloch, 1971.
29. MANSO, Fritz Azevedo. Expressão do Poder Nacional-Expressão Militar. Rio de Janeiro, ESG, 1975.
30. MCNEILL, William Hardy. The pursuit of power: technology, armed force and society since A.D. 1000. Oxford, 1983.
31. MONTEZA TAFUR, Miguel. El conflicto militar del Perú con el Ecuador (1941). Lima, Ed Arica, 1976.
32. OLIVEIRA, José Maria do Amaral. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, (699): 17-35, jan/fev. 1982.
33. PERU (General Data & Government). Kaleidoscope. Santa Barbara, CA. Dec. 9, 1985. p.1-4.
34. SILVA, Ronaldo da. As deficiências das Forças Armadas Argentinas na Guerra das Malvinas. Rio de Janeiro, EGN, 1985. Monografia apresentada no C-PEM.
35. TROPA americana desce na Bolívia para combater drogas. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 17 julho 1986. p.14.
36. VENEZUELA (General Data & Government). Kaleidoscope. Santa Barbara, CA. Nov. 25, 1985. p.1-5.

37. VOROSHÍLOV, K. El ejercito sovietico. Moscou, Ed Progres-
so, 1974.

Costa, Valter da

A força terrestre e a capacidade de projetar o poder militar

2-C-17

DEVOLVER NOME LEIT. (665/87)

23 JUL 87

Felipe de Macedo



00015740000665

A Força terrestre e a capacidade

2-C-17

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA NAVAL
Biblioteca

23 JUL 87

Costa, Valter da

A força terrestre e a capacidade
de de projetar o poder militar

2-C-17

(665/87)